



REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL

COMISSÃO DE MANDATOS, ETICA E DECORO PARLAMENTAR

RELATÓRIO/PARECER

*Relatório – Parecer da Conta Geral do Estado sobre a
Execução e Demonstração do Exercício Financeiro de
2016*

Luanda, 08 de Fevereiro 2019



**República de Angola
Assembleia Nacional**

9ª COMISSÃO

**COMISSÃO DE MANDATOS, ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

RELATÓRIO/ PARECER

ASSUNTO: *Relatório - Parecer da Conta Geral do Estado sobre a
Execução e Demonstrações do Exercício Financeiro de 2016.*

I.- INTRODUÇÃO

O presente Relatório/ Parecer visa dar cumprimento do Calendário para Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta de Lei da Conta Geral do Estado para 2016, elaborado pela Comissão de Economia e Finanças, tendo chegado à Comissão de Mandatos, Ética e Decoro Parlamentar por via do Ofício n.º 94 /CEF/-01/AN/19 de 29 de Janeiro, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 276.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional (Lei n.º 13/17 de 6 de Julho).

II.- NA GENERALIDADE

1. O documento que nos é submetido para análise circunscreve-se no âmbito da competência de controlo e de fiscalização da Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 162.º da Constituição da República de Angola, conjugado com os artigos 275.º e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Nacional, assim como do artigo 63º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho (Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado).

2. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 275.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional, *a Conta Geral do Estado deve ser remetida à Assembleia Nacional pelo Presidente da República, até ao dia 30 de Setembro do ano seguinte àquele a que diz respeito*. Por conseguinte, impõe-se a necessidade de se saber quais os prazos legalmente fixados devem ser observados para que a Assembleia Nacional cumpra, igualmente, o prazo fixado no n.º 2 do referido supracitado artigo, ou seja, apreciar esse importante documento de gestão, até 30 de Junho do ano seguinte.
3. É mister sublinhar que no acto de apreciação e aprovação da Conta Geral do Estado seja observado um dos seus pressupostos de extrema importância «**a fiscalização preventiva exercida pelo Tribunal de Contas**», mediante parecer, estabelecido e previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 301.º do Regimento Interno da Assembleia Nacional. Recomenda-se, para tal, uma grande reflexão.

III.- NA ESPECIALIDADE

O presente parecer é o resultado da análise aos dados contidos na Conta Geral do Estado para o exercício financeiro de 2016 como forma de aferir o grau de execução da despesa aprovada para o referido período para o sector da justiça e órgãos afins tendo em conta a estratégia gizada pelo Executivo que se resume nas seguintes metas fundamentais:

- a) Implementação de um sistema forte de justiça no país;
- b) Modernização dos serviços e promoção da capacitação e;
- c) Promoção do acesso aos serviços de justiça à toda a sociedade.

Para melhor percepção do nível de execução das distintas Unidades Orçamentais que compõem os órgãos da administração da justiça e serviços afins, durante o ano de 2016, apresentamos em seguida alguns quadros que reflectem os fluxos orçamentais e financeiros ocorridos naquele período tendo como base a dotação orçamental aprovada para cada órgão.

Quadro nº1 - Órgãos da administração da justiça – 2016

Unidade Orçamental	Despesa		
	Orçamentada	Liquidada	Gr exec
Conselho Superior da Magist do Minist Público	191 861 455	163 183 343	85,1%
Conselho Superior da Magistratura Judicial	613 517 978	196 393 799	32,0%
Supremo Tribunal Militar	3 063 253 579	2 856 368 259	93,2%

Tribunal Constitucional	2 392 606 565	1 999 808 241	83,6%
Tribunal de Contas	1 554 247 549	722 072 461	46,5%
Tribunal Supremo	2 424 205 520	1 430 994 648	59,0%
Total	10 239 692 646	7 368 820 751	72,0%

No cômputo geral, o nível de execução registado durante o exercício económico de 2016, apesar de positivo com cerca de 72%, não foi satisfatório. Como em período homólogo anterior, esse resultado foi influenciado pelos baixos níveis de execução registados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, com 32% e do Tribunal de Contas, com 46,5%, respectivamente.

No quadro seguinte, apresenta-se de forma detalhada a execução da despesa dos Tribunais Provinciais da Justiça.

De um modo geral, pode-se concluir que o grau de execução financeira dos Tribunais ao nível das províncias, durante o ano de 2016, foi positivo, cuja média foi de 97,2% não obstante o baixo nível de execução do Tribunal do Lobito na ordem dos 56,9%, respectivamente.

Quadro nº2 – Tribunais Provinciais

Nr	Tribunal	Orçamento	Liquidada	Gr exec
			16 684	
1	Tribunal Do Lobito	29 333 903	435	56,9%
		312 870	305 984	
2	Tribunal Provincial Do Uíge	287	884	97,8%
		524 483	518 234	
3	Tribunal Provincial Da Huíla	668	868	98,8%
	Tribunal Provincial Da	184 705	179 784	
4	Lunda-Sul	244	332	97,3%
	Tribunal Provincial Da Lunda	183 108	167 635	
5	Norte	995	110	91,5%
	Tribunal Provincial De	1 130 138	1 120 919	
6	Benguela	865	816	99,2%
	Tribunal Provincial De	355 679	348 601	
7	Cabinda	663	589	98,0%
	Tribunal Provincial De	4 793 382	4 663 737	
8	Luanda	949	220	97,3%
	Tribunal Provincial De	257 455	252 506	
9	Malanje	245	988	98,1%
		320 431	314 554	
10	Tribunal Provincial Do Bengo	425	370	98,2%
11	Tribunal Provincial Do Bié	316 637	296 487	93,6%

		989	898	
	Tribunal Provincial Do	672 087	669 434	
12	Huambo	367	375	99,6%
	Tribunal Provincial Do	254 465	247 514	
13	Cuando-Cubango	719	259	97,3%
	Tribunal Provincial Do	335 319	307 797	
14	Cunene	897	708	91,8%
	Tribunal Provincial Do	252 483	246 344	
15	Cuanza-Norte	178	589	97,6%
	Tribunal Provincial Do	417 509	394 266	
16	Cuanza-Sul	034	237	94,4%
		288 837	284 598	
17	Tribunal Provincial Do Moxico	770	907	98,5%
	Tribunal Provincial Do	356 707	349 381	
18	Namibe	182	325	97,9%
		198 277	187 568	
19	Tribunal Provincial Do Zaire	775	142	94,6%
		11 183	10 872	
	Total	916 155	037 052	97,2%

Durante o ano em análise, em termos percentuais, o nível médio registado pelas duas entidades, civil e militar, da Procuradoria foi positivo, 94,2%, conforme dados contidos no quadro seguinte:

Quadro nº 3 - Procuradoria-Geral da República

Unidade Orçamental	Despesa		
	Orçamentada	Liquidada	Gr exec
Procuradoria-Geral da República	6 445 303 286	6 094 643 715	94,6%
Procuradoria Militar	2 948 466 977	2 757 551 526	93,5%
Total	9 393 770 263	8 852 195 241	94,2%

Relativamente ao desempenho da generalidade das Delegações Provinciais da Procuradoria Geral da República em 2016, pode-se concluir que o mesmo foi positivo com uma média de 96,8%, conforme detalhe seguinte:

Quadro nº 4 – Delegações Provinciais da Procuradoria-Geral da República

N r	Unidade Orçamental	Despesa		
		Orçamentad a	Liquidad a	G exec
1	Delegação Prov. Da Huila Da Proc. Geral Da República	469 140 442	450 088 544	95,9 %
2	Delegação Prov. Da L.Norte Da Proc. Geral Da República	309 636 520	303 085 105	97,9 %
3	Delegação Prov. Da Lunda-Sul Da Proc.Geral Da República	190 922 836	185 916 885	97,4 %
4	Delegação Prov. De Benguela Da Proc. Geral Da Republica	769 779 028	761 723 410	99,0 %
5	Delegação Prov. De Cabinda Da Proc. Geral Da República	287 665 103	277 052 963	96,3 %
6	Delegação Prov. De Malanje Da Proc. Geral Da República	241 364 706	240 611 526	99,7 %
7	Delegação Prov. Do Bengo Da Proc. Geral Da República	283 812 490	278 790 744	98,2 %
8	Delegação Prov. Do Bié Da Proc. Geral Da República	301 692 886	290 510 779	96,3 %
9	Delegação Prov. Do Huambo Da Proc. Geral Da República	406 185 895	399 113 002	98,3 %
1	Delegação Prov. Do K.Norte Da	310 041	298 778	96,4
0	Proc. Geral Da República	849	152	%
1	Delegação Prov. Do K.Sul Da Proc. Geral Da Republica	428 721 293	421 797 828	98,4 %
1	Delegação Prov. Do Kunene Da Proc. Geral Da República	222 295 390	217 445 230	97,8 %
2	Delegação Prov. Do Moxico Da Proc. Geral Da República	224 176 372	217 917 147	97,2 %
3	Delegação Prov. Do Namibe Da Proc. Geral Da Republica	327 620 860	313 550 504	95,7 %
4	Delegação Prov. Do Uíge Da Proc. Geral Da República	432 165 219	424 892 118	98,3 %
5	Delegação Prov. Do Zaire Da Proc. Geral Da República	232 967 903	228 483 946	98,1 %
6	Delegação Prov.Do K.Kubango Da Proc.Geral Da República	255 192 755	250 204 762	98,0 %
7	Delegação Prov. De Luanda Da Proc.Geral Da República	179 578 435	125 821 006	70,1 %
8	Total	5 872 959 982	5 685 783 651	96,8 %

No que diz respeito a execução financeira do Órgão que superintende a actividade da Justiça e do Instituto Nacional de Estudos Jurídicos, o quadro seguinte apresenta o desempenho dos mesmos durante o exercício em apreço no qual se destaca o baixo nível de execução do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Quadro nº 5 – Despesas do Ministério/INEJ

Unidade Orçamental	Despesa		
	Orçamentada	Executada	Gr Exec
Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos	23 555 528 342	12 772 671 808	54,2%
Instituto Nacional de Estudos Judiciários	106 587 483	83 466 220	78,3%

No quadro seguinte, apresenta-se o grau de execução das Delegações Provinciais de Justiça, cuja média, positiva, foi de 93,6%.

Quadro nº 6 – Delegações Provinciais de Justiça

Nr	Unidade Orçamental	Despesa		
		Orçamentada	Liquidada	Gr exec
1	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do Bengo	567 396 682	545 532 833	96,1%
2	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos de Benguela	1 255 309 006	1 221 327 116	97,3%
3	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do Bié	815 547 473	801 056 494	98,2%
4	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do C.Cubango	595 639 297	533 163 663	89,5%
5	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do Cuanza-Norte	560 608 999	494 687 389	88,2%
6	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do Cunene	538 166 108	515 900 810	95,9%
7	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos do Huambo	1 034 288 582	975 852 861	94,4%
8	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos de Luanda	762 287 727	629 112 125	82,5%
9	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos da Lunda Norte	678 181 351	662 718 678	97,7%
10	Delegação Prov.Da Justiça E Direitos Humanos de Malanje	359 730 649	328 660 331	91,4%
11	Delegação Provincial Da Justiça Do Moxico	544 330 549	501 299 377	92,1%

12	Delegação Provincial Da Justiça Do Namibe	540 147 260	508 970 164	92,1%
13	Delegação Provincial Da Justiça Do Uíge	547 516 217	500 600 969	94,2%
14	Delegação Provincial Da Justiça Do Zaire	280 915 963	245 496 059	91,4%
15	Delegação Provincial Da Justiça E Direitos Humanos da Huíla	982 670 591	929 704 775	87,4%
16	Delegação Provincial Da Justiça E Direitos Humanos da L.Sul	288 947 748	280 608 900	94,6%
17	Delegação Provincial Da Justiça E Dos Direitos Humanos	607 454 339	573 108 361	97,1%
18	Delegação Provincial Da Justiça, Do Cuanza-Sul	880 750 598	835 478 471	94,3%
	Total	11 839 889 139	11 083 279 376	93,6%

No âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), durante o ano de 2016, os órgãos da administração da justiça e serviços afins não executaram nenhuma despesa como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 7 – Despesas no âmbito do PIP

Nr	Projectos	Despesa		
		Orçamentada	Liquidada	Gr exec
1	Const Apetrech. Serv. Just. E Tribunal Nova Centralidade Cacuaco	941 396 033	0	0,0%
2	Construção Centro Tóxico Dependentes/Minjus	368 592 911	0	0,0%
3	Construção Do Palácio De Justiça Benguela	33 300 120	0	0,0%
4	Construção Palácio Justiça Sambizanga	19 031 269	0	0,0%
5	Reabilitação 6 Conservatórias 1 Cartório Luanda	89 757 776	0	0,0%
6	Reabilitação Dos Serviços De Justiça De Benguela	21 101 350	0	0,0%
7	Reabilitação Dos Serviços De Justiça Do Bié	71 834 107	0	0,0%
8	Reabilitação Serviços Justiça Bengo	57 085 920	0	0,0%
9	Reabilitação Serviços Justiça Huambo	723 883	0	0,0%
10	Reabilitação Serviços Justiça Uíge	5 867 204	0	0,0%
11	Construção E Apetrechamento Do Palácio Da Justiça No Calai	375 000 000	0	0,0%
12	Construção E Apetrechamento Do Palácio Da Justiça No Cuito	2 565 200	0	0,0%
13	Reabilitação Do Palacio Da Justiça Da Damba Uíge	82 771 668	0	0,0%

14	Reabilitação Do Tribunal Do Buco Zau	875 338 200	0	0,0%
15	Construção Do Tribunal Municipal Do Golungo Alto	13 922 798	0	0,0%
16	Reabilitação Apetrechamento Tribunal Provincial Cuanza Sul	30 017 863	0	0,0%
17	Reabilitação 6 Conservatórias 1 Cartório Luanda	89 757 776	0	0,0%
	Total	3 078 064 078	0,00	0,0%

No domínio da execução financeira dos programas, destacam-se dois programas ligados à administração da justiça e serviços afins, cuja execução agregada foi de 59,6%, conforme descrição no quadro n.º 8, do qual se pode aferir um desempenho global não muito satisfatório se tivermos em conta os montantes projectados para o exercício.

Quadro n.º 8 – Programas


Programas	Despesa		
	Orçamentad a	Liquidad a	G Exec
Programa De Maximização Dos Serviços De Justiça	10 801 700 918	6 652 384 478	61,6%
Programa De Promoção Do Acesso Ao Direito E A Justiça	365 000 000	0	0,0%
Total	11 166 700 918	6 652 384 478	59,6%

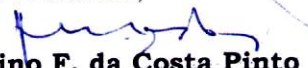
IV.- CONCLUSÕES

A Comissão de Mandatos, Ética e Decoro Parlamentar, após da devida análise e apreciação da Conta Geral do Estado para 2016, conclui, o seguinte:

1. Destacar como nota positiva o facto de o Executivo remeter a Conta Geral do Estado à Assembleia Nacional em tempo oportuno.
2. Que seja aprovado a Conta Geral do Estado referente a Execução Financeira de 2016.

COMISSÃO DE MANDATOS, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR,
Luanda, aos ____ de Janeiro de 2019.-

A Relatora,

Rosa Cacuhu

O Presidente,

**Justino F. da Costa Pinto
de Andrade**